



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 458

Proc. nº 52 / 2021

Rub: *Rf*

CONTRATO Nº 52/2021/CPL  
PROCESSO Nº 52/2021/ /SEMAG/SEMED/SEMUS/SEMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021/CPL/SRP/ARP.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/ARP

CONTRATO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS PARA SUPRIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MA E A EMPRESA A PAULA BARBOSA QUEIROZ - (AUTO POSTO ALIANÇA), CNPJ Nº 30.673.213/0001-45, NA FORMA ABAIXO:

A Prefeitura Municipal de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MA, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 06.113.690/0001-71, com sede na Praça Getúlio Vargas - Centro, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MA, através da **Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO/SEMAD/SRP/ARP**, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo **Senhor Assessor Finanças Sr. Renan da Silva Araújo, RG.: 014562822000-1 SSP/MA** e a empresa **A PAULA BARBOSA QUEIROZ - (AUTO POSTO ALIANÇA)**, inscrita no C.N.P.J sob o n.º 30.673.213/0001-45, com sede na **Rua Major Delfino Calvo, nº 87, Anexo B - Centro da cidade de São Domingos do Maranhão -MA**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, **Ana Paula Barbosa Queiroz, R.G. n.º 0403736920108SESC/MA, C.P.F. n.º 057.053.723-10**, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO Nº 52/2021, decorrente do Pregão Presencial nº 02/2021/CPL/SRP/ARP, para Ata de Registro de Preços, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 52/2021/SEMAD, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 8.250/2014, Decreto nº 9.488 de 30 de agosto de 2018 e Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, no Art. 8º de Decreto nº 3.555/2000, que regula sobre o Termo de Referência e a Decreto Municipal nº 20/2010, que regulamenta o Pregão Presencial neste Município e aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000  
E-mail: CPLSAODOMINGOS.MA@GMAIL.COM  
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

*CPiluca*

*★* *[Signature]*





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 459

Proc. nº 52/2021

Rub: R/

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Futura e Eventual **Aquisição de Combustível e Derivados para atendimento da Secretaria de Administração**, conforme as especificações, quantidades e condições contidas no ANEXO I – Especificações e Quantidades – ANEXO II - Termo de Referência e Proposta de Preços parte integrante deste Edital, conforme as quantidades e especificações contidas na Adjudicação do Pregão Presencial nº 02/2021/CPL/SRP/ARP.

### ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

LOTE -I (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE 50%	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO R\$	VALOR MÉDIO TOTAL R\$
1	Gasolina comum	30.000	4,88	146.400,00
	<b>Total</b>			<b>146.400,00</b>

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente CONTRATO, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº 02/2021/CPL/SRP/ARP, a Proposta de Preços da CONTRATADA e a respectiva Nota de Empenho.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor referente a 50% é de **R\$: 146.400,00 (cento e quarenta e seis mil e quatrocentos reais)**, conforme Proposta de Preços da CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os preços permanecerão irrevogáveis durante a vigência do presente Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02- PODER EXECUTIVO.

02 03- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM.PLANEJ.INDUSTRIA E COMERCIO

04.122.0002.2013.0000- MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

3.3.90.30.01- MATERIAL DE CONSUMO

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS.

## CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art.65, inc. II, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura por um período de 12 (doze) meses, condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial,

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000  
E-mail: CPLSAODOMINGOS.MA@GMAIL.COM  
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
MINISTERIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

CONSTITUICAO DA COMISSAO DE DEFESA SOCIAL  
A Comissao de Defesa Social e criada para atuar em conjunto com o Conselho Nacional de Defesa Social e o Conselho Nacional de Controle de Gestao Publica, visando a melhoria da gestao publica e a defesa dos interesses da sociedade.

Art. 1o - A Comissao de Defesa Social e composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, nomeados pelo Presidente da Republica.

Art. 2o - A Comissao de Defesa Social e presidida pelo Presidente da Republica, podendo delegar a presidencia a um dos membros da Comissao.

Art. 3o - A Comissao de Defesa Social e composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, nomeados pelo Presidente da Republica.

Art. 4o - A Comissao de Defesa Social e composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, nomeados pelo Presidente da Republica.

Art. 5o - A Comissao de Defesa Social e composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, nomeados pelo Presidente da Republica.

Art. 6o - A Comissao de Defesa Social e composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, nomeados pelo Presidente da Republica.

Art. 7o - A Comissao de Defesa Social e composta por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, nomeados pelo Presidente da Republica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 460

Proc. nº 52 / 2021

Rub: *RJ*

podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos conforme Inciso II do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA PERIODICIDADE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS.**

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer COMBUSTÍVEL E DERIVADOS em parcelas, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitido pela **Secretaria Municipal de Administração.**

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O Combustível e Derivados, entregues pela CONTRATADA serão recebidos pela Secretaria de Saúde, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, da entrega para efeito de verificação da quantidade, e qualidade conformidade do objeto conforme as especificações constantes da proposta de preços da empresa, modelo, especificações técnicas;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO - O fornecimento do combustível e derivados, deverão ser entregues conforme autorização da Secretaria Municipal de Administração, por meio de Ordem de Fornecimento.**

**CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE parceladamente desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento de combustível e derivados Certidão de Débitos Relativos a Crédito Tributário e a Dívida Ativa da União (Receita Federal, INSS e Procuradoria da Fazenda Nacional); e do Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, diretamente na Conta Corrente da CONTRATADA, no Banco do Brasil, Agência 2614-x, Conta Corrente 31.446-3.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste contrato, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.**

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000  
E-mail: CPLSAODOMINGOS.MA@GMAIL.COM  
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

*Agência*  
*CA*



INSTITUTO VENEZOLANO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS  
INSTITUTO VENEZOLANO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS  
INSTITUTO VENEZOLANO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

El presente informe tiene como finalidad informar a la Comisión de Investigación de Hechos de Corrupción sobre el desarrollo de las actividades realizadas durante el periodo comprendido entre el día 1 de mayo y el día 31 de mayo de 2014.

En cumplimiento de lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

De acuerdo con lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

En cumplimiento de lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

En cumplimiento de lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

En cumplimiento de lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

En cumplimiento de lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

En cumplimiento de lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

En cumplimiento de lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

En cumplimiento de lo establecido en el artículo 10 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Fiscalía General de la Nación y el artículo 10 de la Ley Orgánica de la Contraloría General de la República, se ha procedido a la realización de las actividades mencionadas en el presente informe.

ANEXO

INSTITUTO VENEZOLANO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS  
INSTITUTO VENEZOLANO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS  
INSTITUTO VENEZOLANO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 463

Proc. nº 52 / 2021

Rub: RJ

A CONTRATADA se obriga a:

- a) Fornecer o combustível e derivado, conforme especificações estabelecidas e sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade, e local de entrega;
- b) Cumprir os prazos previstos nas CLÁUSULAS deste instrumento, contados a partir do recebimento de cada Ordem de Fornecimento expedida pela **Secretaria Municipal de Administração** Substituir, no prazo máximo urgência e às suas expensas, no todo ou em parte, a critério do CONTRATANTE, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios redibitórios;
- c) Designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
- d) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, e outros dados que forem importantes;
- e) Responsabilizar-se pela qualidade do objeto fornecido, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- f) Arcar com as despesas de frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes no fornecimento do combustível e derivado.
- g) Manter, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Emitir cada Ordem de Fornecimento;
- b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto presente CONTRATO;
- c) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada da entrega do combustível e derivados, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Contrato, do Anexo I, Anexo II- Termo de Referência e da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA;
- d) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- e) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000  
E-mail: CPLSAODOMINGOS.MA@GMAIL.COM  
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

*Getúlio*

*CA*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 462

Proc. nº 52 / 2021

Rub: R/

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O atraso injustificado no fornecimento de combustível e derivados, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora diária de 0,02%(dois centésimos por cento) do valor do respectivo fornecimento, a juízo da Administração, até o limite de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO – Além da multa indicada no parágrafo anterior, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, na hipótese de inexecução total ou parcial do CONTRATO, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a CONTRATADA - ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido, o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MA, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO QUINTO - Caberá à **Secretaria Municipal de Administração** propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

PARÁGRAFO SEXTO - Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000  
E-mail: CPLSAODOMINGOS.MA@GMAIL.COM  
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

*Aplicada*

*CA*



Faint text in the top left corner, possibly a header or reference number.

Faint text in the top center, possibly a title or subject line.

Main body of faint text, appearing to be a letter or report, covering the upper half of the page.

Second section of faint text, continuing the document's content.

Third section of faint text, possibly a concluding paragraph or signature area.

Final section of faint text at the bottom of the page.

Vertical handwritten text on the left margin, possibly initials or a date.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 463

Proc. nº 52 / 2021

Rub: RJ

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OITAVO - Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

PARÁGRAFO NONO - Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão deste CONTRATO:

- a) O não cumprimento de Cláusulas Contratuais, especificações, ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas Contratuais, especificações, ou prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, no prazo estipulado;
- d) O atraso injustificado na entrega do combustível e derivados;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) O desatendimento das determinações regulares emanadas pelo servidor ou comissão designada para acompanhar a entrega do combustível e derivados, assim como as da **Secretaria Municipal de Administração**
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudiquem a execução deste Contrato;
- l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- m) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o CONTRATO;

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000  
E-mail: CPLSAODOMINGOS.MA@GMAIL.COM  
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

*Aplicada*

*CA*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 464

Proc. nº 52/2021

Rub: [assinatura]

- n) A supressão, por parte da CONTRATANTE, da Aquisição de combustível e derivado, acarretando modificação do valor inicial do CONTRATO além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, salvo as supressões resultantes, de acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do inciso II, § 2º do art. 65 da referida Lei;
- o) A suspensão de seu fornecimento, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, pelas sucessivas e contratualmente imprevista desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) O atraso superior a 120 (cento e vinte) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do fornecimento do objeto, já fornecidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- q) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- r) A fraude na execução do CONTRATO, o comportamento de modo inidôneo, a declaração falsa e o cometimento de fraude fiscal, aplicando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão deste CONTRATO poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nas alíneas 'a' a 'm' desta cláusula;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer com base nas letras "l" a "p" desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000  
E-mail: CPLSAODOMINGOS.MA@GMAIL.COM  
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

*[assinatura]*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*



Faint, illegible text centered at the top of the page, possibly a title or header.

First paragraph of faint, illegible text.

Second paragraph of faint, illegible text.

Third paragraph of faint, illegible text.

Fourth paragraph of faint, illegible text.

Fifth paragraph of faint, illegible text.

Sixth paragraph of faint, illegible text.

Seventh paragraph of faint, illegible text.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 465

Proc. nº 52 / 2021

Rub: 

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

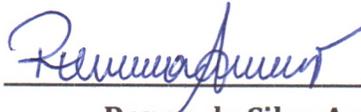
A CONTRATANTE fará publicar o extrato do presente Contrato no Diário Oficial até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para que ocorra sua publicação no prazo de 20 (vinte) dias desta data.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MA /Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

São Domingos do Maranhão - (MA), 18 de fevereiro de 2021.



**Renan da Silva Araújo**  
RG.: 014562822000-1 SSP/MA  
Assessor de Finanças



**A PAULA BARBOSA QUEIROZ - (AUTO POSTO ALIANÇA)**  
C.N.P.J sob o n.º 23.299.543/0001 - 57  
Ana Paula Barbosa Queiroz  
R.G. n.º 0403736920108SESC/MA, C.P.F. n.º 057.053.723-10

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000  
E-mail: CPLSAODOMINGOS.MA@GMAIL.COM  
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO





INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Este documento contém informações confidenciais e é propriedade exclusiva do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Inovação Tecnológica. Qualquer reprodução ou distribuição não autorizada é proibida.

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, abaixo assinado, declaro que sou o titular da titularidade intelectual e industrial das informações contidas neste documento, e que as mesmas são de minha exclusiva propriedade e criação.

### DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que as informações aqui contidas são verdadeiras e corretas, e que não foram obtidas de fontes não autorizadas.

### DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro que sou o autor das informações aqui contidas, e que não há qualquer vínculo de dependência ou subordinação com terceiros.

Declaro que não há qualquer conflito de interesses em relação às informações aqui contidas.

Assinatura e rubrica do titular da titularidade intelectual e industrial:

\_\_\_\_\_  
Nome do Titular  
Cargo do Titular  
Instituição

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
Rubrica

\_\_\_\_\_  
Nome do Titular  
Cargo do Titular  
Instituição



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO  
C.N.P.J 06.113.690/0001-71  
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N-CENTRO  
CEP Nº 65.790.000

CPL / PREF.SDM

Folha: 466

Proc. nº 52 / 2021

Rub: Rf

TESTEMUNHAS

KARAU FERNANDO SOUSA

CPF Nº 602.782.153-19

Jerônimo C. R. Neto

CPF Nº 022.400.973-52

*[Handwritten signatures]*



Faint, illegible text centered at the top of the page.

Faint text located in the upper right quadrant.

Faint text located in the middle right quadrant.



Faint text located in the lower left quadrant.

Faint text centered at the bottom of the page.

